

O que o Brasil precisa para atrair mais dólares

Fortalecer o mercado interno, fim do controle de preços, liberação das remessas de lucros e extinção das reservas de mercado (nos setores bancário, de informática e de produção de álcool): esta é a receita do presidente da Dow Química e da Câmara de Comércio Brasil-EUA, Enrique Sosa, para transformar parte da dívida externa em investimentos diretos.

Ele lembrou que, segundo dados do Banco Central, a participação norte-americana no total de investimentos estrangeiros no Brasil cresceu muito pouco nos últimos anos: somava US\$ 3.689 milhões (incluindo revestimentos) ou 30,2% de um total de US\$ 12.231 milhões, em 1978; caiu para US\$ 4.076 milhões ou 28,0% de US\$ 14.544 milhões em 1979; e para US\$ 4.633 milhões ou 27,8% de US\$ 16.684 milhões, em 1980. Voltou a crescer progressivamente, até alcançar US\$ 6.950 milhões ou 31,8% de US\$ 21.831 milhões, em junho do ano passado (ver quadro).

Enrique Sosa disse que existem algumas "condições fundamentais" para que os investimentos estrangeiros voltem a crescer, vindo, em primeiro lugar, o fim da recessão, com o fortalecimento do mercado interno. "Hoje estamos muito dependentes só das exportações, com base interna, o que torna tudo muito vulnerável."

Ele defende o fim do controle de preços, alegando que prejudica a rentabilidade dos investimentos. Sosa entende que o fim da política

de controle do CIP (Conselho Interministerial de Preços) deve representar o retorno ao controle de preços feito pelo mercado. Segundo Enrique Sosa, o CIP poderia continuar agindo no caso exclusivo dos monopólios, já que aos demais casos "muitas vezes os preços reais dos produtos cipados estão abaixo das tabelas oficiais".

Sosa entende que, numa recessão como a atual, o controle de preços retarda a queda da inflação porque mantém os preços acima de seus níveis reais. "Aí o mercado é que vai decidir os que sobreviverão; e sem dúvida serão os mais fortes, as empresas que têm mais eficiência, bom gerenciamento e custos reduzidos".

— Terceiro, mexer na lei das remessas de lucros. Existe uma legislação, nesse sentido, que vem do início dos anos 60, onde as margens de rentabilidade e custo do dinheiro eram bem diferentes de agora. Para ele, naquela época podia-se trabalhar com margens de lucros que variavam de 6% a 7% de juros sobre a aplicação; hoje é possível lucrar de 12% a 14% nos EUA sem qualquer

risco...então, por que um investimento aqui, com uma rentabilidade máxima de 12%, como diz a lei? É preferível, para o investidor, deixar o dinheiro num banco qualquer dos EUA.

Quarto, acabar com os reservas de mercado, "porque existem setores em várias áreas onde o capital estrangeiro ainda não pode entrar", citando os setores bancário, de informática e de produção de álcool. "Abrir mais tudo isso ampliaria as possibilidades dos capitais de risco virem para o Brasil; e o país precisa disso porque aí não se pagam juros."

Enrique Sosa explicou que todas essas medidas teriam que ser tomadas em conjunto, já que uma acaba implicando outra. E mais: que elas significam um "ajuste" do Brasil frente a outros mercados concorrentes que também querem capitais de risco, como o Mercado Comum Europeu, ou mesmo o Japão. Para ele, dentro da América Latina, o Brasil "concorre bem", mas ressaltou que o México, por exemplo, está abrindo novas portas, até então fechadas ao capital

estrangeiro. Recordou o caso da Dow Química — da qual é diretor-presidente —, que está investindo três milhões de dólares.

Usando um ditado bastante conhecido nos EUA ("Você coça as minhas costas, que eu coço as suas"), Enrique Sosa disse que com a dívida externa perdem todos, "e embora os lucros dos bancos ainda não tenham caído, eles também sofrerão".

Investimentos e reinvestimentos dos EUA no Brasil

(em US\$ milhões)

Posição até	Investimts.	Reinvestimts.	Total	Total Invest. estrangeiros
Junho 1978	2.202 -1.266	1.487 -1.121	3.689 -1.387	30,2% de 12.231
Junho 1979	2.468 -1.474	1.608 -1.83	4.076 -1.557	28,0% de 14.544
Junho 1980	2.942 -1.460	1.691 -1.200	4.633 -1.660	27,8% de 16.684
Junho 1981	3.402 -1.513	1.891 -1.274	5.293 -1.787	30,3% de 17.495
Junho 1982	3.915 -1.383	2.165 -1.487	6.080 -1.870	31,0% de 19.602
Junho 1983	4.298	2.652	6.950	31,8% de 21.831

Fonte: Banco Central do Brasil.